

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

1/2016

Ed. 30

Vol. 1

SOS Mata Atlântica lança edital para Unidades de Conservação Municipais em comemoração aos seus 30 anos

Processo de seleção beneficiará UCs públicas e privadas da Mata Atlântica

A Fundação SOS Mata Atlântica lança edital com valor total de R\$ 1 milhão para apoiar a criação e implementação de Unidades de Conservação Municipais (UCs). O objetivo é estimular os municípios a fortalecer a gestão ambiental de seus territórios, investindo no planejamento e na execução de medidas que assegurem proteção e uso sustentável do ambiente natural. O edital é um presente pelos 30 anos da Fundação e conta com o patrocínio de Bradesco Cartões, Bradesco Seguros e Repsol Sinopec Brasil.

As propostas terão quatro linhas de apoio, que são específicas para UCs reconhecidas no âmbito municipal:

- Criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) reconhecidas pela esfera municipal (R\$ 10.000,00);
- Criação de UCs públicas

de proteção integral e uso sustentável na Mata Atlântica, e em ambientes costeiros e marinhos associados (R\$ 25.000,00);

- Atividades que contribuam para gestão / administração / operação de UCs públicas da Mata Atlântica, costeira e marinhas (R\$ 24.000,00); e
- Projetos que contribuam para implementação e consolidação de UCs de proteção integral e uso sustentável (R\$ 30.000,00).

O processo seletivo será dividido em duas etapas. Na primeira, deve ser feito o envio de cartas-consultas até o dia 15 de fevereiro de 2016, sendo que as propostas aprovadas na primeira fase serão comunicadas até o dia 05 de março de 2016. Após o resultado, as propostas completas poderão ser encaminhadas até o dia 15 de abril de 2016. Os projetos devem ter como prazo máximo de 12 (doze) meses para

sua execução.

Para mais informações, acesse o link do edital https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2015/11/EDITAL_UCM_linhas-e-apoio_FINAL.pdf

Fonte: SOS Mata Atlântica

Bacia do rio Paraíba do Sul

Monitoramento mensal

• • •

Em 18 de janeiro de 2016, o volume útil do Reservatório Equivalente da Bacia do Rio Paraíba do Sul era 1.144hm³, o que equivale a 26,36% do seu volume útil total. Na mesma data do ano passado o armazenamento era de 1,58% do volume útil.

Dados: ANA

Análise dos relatórios sobre Programas Socioambientais do Consórcio UHE Itaocara I

Foram enviados dez relatórios, em resposta a ofício encaminhado pelo CEPTA

O Consórcio UHE Itaocara I enviou ao CEPTA um conjunto de relatórios tratando acerca dos Programas Socioambientais, a serem implementados pelo empreendimento ao longo da instalação e operação da usina.

Ao todo, foram enviados dez relatórios: Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA), Programa de Gestão Institucional, Programa de Readequação de Atividades Pesqueiras, Programa de Avaliação de Sistema de Transposição de Peixes, Programa de Monitoramento da Ictiofauna, Programa de Monitoramento da Carcinofauna, Programa de Monitoramento do Cágado de Hogeí, Programa de Monitoramento do Jacaré do Papo Amarelo, Programa de Monitoramento de Lontras e Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água, todos pertencentes ao Plano Básico Ambiental (PBA).

Com relação ao Programa de Readequação de Atividades Pesqueiras, este possui como metas a atualização

do cadastro de pescadores da Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID) no primeiro semestre a partir do início das obras; a identificação de demandas, interesses e projetos de pesca passíveis de receber investimentos a título de compensação pelos impactos decorrentes do empreendimento; Termos de Acordo finalizados e assinados entre as partes no primeiro semestre a partir do início das obras da UHE Itaocara I; capacitação técnica dos pescadores para a elaboração e implementação de projetos socioambientais, com carga horária de 40h, com turmas de 25 pescadores no máximo, no terceiro trimestre a partir do início das obras e o monitoramento e o diagnóstico do desembarque pesqueiro durante todo o período de instalação e nos dois primeiros anos de operação do empreendimento UHE Itaocara I.

Segundo o Programa de Monitoramento da Ictiofauna, foram realizadas duas campanhas de monitoramento pré-obra durante período chuvoso e período seco, com

duração de oito dias cada. Serão realizadas campanhas trimestrais durante a implantação do empreendimento e campanhas semestrais durante os dois primeiros anos de operação da usina, em doze pontos de coleta (à montante, à jusante e no reservatório da UHE Itaocara I, e em tributários à montante do reservatório). Além disso, serão analisados estudos sobre biologia reprodutiva, alimentar e populacional, além da coleta de ovos e larvas de peixes.

O Programa de Avaliação de Sistemas de Transposição de Peixes (STP), tem como objetivos analisar a estrutura das populações e da comunidade de peixes existentes na região de influência da barragem e avaliar a dinâmica migratória das espécies potencialmente migradoras encontradas na região afetada. Além disso, tem como meta a identificação de cinco principais rotas migratórias do baixo rio Paraíba do Sul até o Domínio das Ilhas Fluviais, até o fim do período de instalação da UHE Itaocara I. A metodologia a ser utiliza-

da avaliará as espécies migratórias presentes no curso d'água, o tipo de regime fluvial, gestão de água na bacia, configuração do obstáculo à migração e topografia do leito do rio no local. Todos os tipos de STP deverão ser avaliados quanto aos benefícios e limitações, à vazão da água, custos de construção e operação, seletividade de cada STP, biologia das espécies concorrentes a utilização do STP. O relatório ainda indica que o canal lateral é o STP menos seletivo e mais indicado dentro os sistemas de transposição.

O Programa de Monitoramento da Carcinofauna tem como objetivo estimar os parâmetros biológicos da Carcinofauna (como

exemplo, abundância, biomassa, proporção sexual) antes do início das obras, durante todo o período de construção do empreendimento e durante os primeiros dois anos após o início da operação da UHE de Itaocara I, além de incrementar o conhecimento sobre os Decapoda (macrocrustáceos) do rio Paraíba do Sul. Os pontos de amostragem serão os mesmos do Programa de Monitoramento da Ictiofauna.

Por fim, o Programa de Monitoramento do Cágado-de-Hogei tem como objetivo geral a definição do efeito da modificação do habitat decorrente do empreendimento sobre as populações naturais de

Mesoclemmys hogei no rio Paraíba do Sul, com ocorrência na área de influência do empreendimento. Serão avaliados parâmetros populacionais, estrutura genética, atividade reprodutiva e movimentos de dispersão. Os estudos serão realizados no Domínio das Ilhas Fluviais do rio Paraíba do Sul em três regiões dentro da área de implantação da UHE Itaocara I (compreendendo a barragem da UHE Ilha dos Pombos e o Rio Pomba). A captura de animais será por meio da instalação de redes e o monitoramento por radiotelemetria.

Texto: Mariana B. Moraes

Fundação Grupo Boticário lança edital de apoio a projetos de conservação da biodiversidade

Estão abertas as inscrições de projetos para o 1º semestre de 2016

A Fundação Grupo Boticário há mais de 20 anos mantém um programa de apoio a iniciativas de conservação da natureza no país, contribuindo para o desenvolvimento científico, aplicação prática e divulgação do conhecimento gerado, ampliando o engajamento em prol da necessidade de

conservação de nossos ambientes naturais.

São contempladas as seguintes Linhas Temáticas: Unidades de Conservação de Proteção Integral (continentais e marinhas) e RPPNs: criação, ampliação e execução de atividades prioritárias de seus Planos de Manejo; Espécies Ameaçadas: execução de ações

prioritárias dos Planos de Ação Nacional (PAN) para espécies e ecossistemas e definição de status de ameaça; Ambientes Marinhos: estudos, ações e ferramentas para proteção e redução da pressão sobre a biodiversidade marinha; Políticas Públicas: implementação e fortalecimento de incentivos para conservação,

instrumentos legais para fiscalização e proteção da biodiversidade, consolidação de áreas protegidas e parcerias para conservação.

As inscrições para o 1º semestre vão de 1º de fevereiro a 31 de março de 2016, para projetos de abrangência nacional.

Para o 2º semestre, as inscrições vão de 1º de julho até 31 de agosto (abrangência em 2015: ambiente costeiro-marinho). Para projetos e programas a serem contemplados no Edital Biodiversidade do Paraná, as inscrições vão de 1º de julho até 31 de agosto.

Projetos propostos para todo o território nacional com duração de 12 a 24 meses, e de instituições paranaenses, com duração de 12 a 36 meses, deverão ser submetidos por meio de formulários on-line. Programas de 36 a 48 meses deverão ser submetidos por meio de

cartas-consulta, também on-line. Já pesquisas em nossas Reservas Naturais deverão ser submetidas via formulário disponível para download.

Somente poderão participar do processo iniciativas submetidas por pessoas jurídicas

sem fins lucrativos, como organizações não governamentais, fundações ou associações privadas. Instituições públicas não são elegíveis como instituições responsáveis pela proposta, exceto no Edital Biodiversidade do Paraná, por meio do formulário da Fundação Araucária.

Para mais informações, acesse <http://www.fundacaogrupo.org.br/pt/o-que-fazemos/editais/pages/apoio-projetos-linhas.aspx>

Fonte: Fundação Grupo Boticário

Interligação do rio Paraíba do Sul com o sistema Cantareira recebe autorização ambiental

• • •

No dia 22 de janeiro, a obra de interligação da bacia do rio Paraíba do Sul com as represas do sistema Cantareira recebeu Licença de Instalação da Cetesb.

As obras serão realizadas entre as represas do Jaguari, município de Igaratá e Atibainha, no município de Nazaré Paulista, com custo de R\$ 555 milhões. O prazo para conclusão das obras está previsto para abril de 2017.

O projeto prevê a transferência de 5,1 mil litros por segundo de água entre as represas, e que mais de 9,5 milhões de pessoas serão beneficiadas.

Fonte: Jornal Estadão

Grupo Assessor do PAN

Coordenadoras: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio e YEDA Bataus – RAN/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; e Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

2/2016

Ed. 31

Vol. 1

Vazamento de resíduos de extração de areia no rio Paraíba do Sul

Rejeitos estavam sendo depositados irregularmente em lagoa de outra mineradora localizada em Jacareí (SP)

Uma lagoa de rejeitos de uma mineradora se rompeu no dia 5 de fevereiro, lançando resíduos de extração de areia no Rio Paraíba do Sul, em Jacareí, SP. Não houve feridos no acidente. O rompimento da barragem ocorreu durante a madrugada, mas a Prefeitura de Jacareí e a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) só foram acionadas no início da manhã.

Segundo o Secretário de Meio Ambiente, Altemir Almeida, a mineradora já havia sido multada em R\$ 11.760,00 por descumprimento de determinações de recuperação ambiental da prefeitura. "A abertura foi muito grande. A prefeitura e a Cetesb estiveram no local para averiguar a situação. Imediatamente os órgãos determinaram a recuperação do local", explica o secretário.

A Cetesb informou por nota que a lagoa da mineração Meia Lua 1, local do acidente, estava com as suas atividades paralisadas em razão da renovação da licença ambiental. Porém, a mineradora Rolando Comércio de Areia continuava lançando os resíduos na lagoa paralisada. "Isto já deverá servir como elemento para ações de penalização cabíveis por parte da CETESB", relata a Companhia, que determinou que as penalizações só devem ser atribuídas após a conclusão dos trabalhos de reparo da barragem e com o resultado das amostras laboratoriais da água com resíduos despejados no rio Paraíba do Sul.

Análises iniciais da Cetesb apontam que houve alteração na coloração da água, mas não foi detectada mortandade de peixes.

Ibama e a Agência Nacional de Águas (ANA) também devem acompanhar o caso. A Cetesb ainda afirmou que não há uma estimativa da quantidade vazada, mas que não foi constatado peixes mortos na região. Além disso, houve comprometimento de 75% no abastecimento de água no município de São José dos Campos (SP).

A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), responsável pelo tratamento de água em diversas cidades do Vale do Paraíba, chegou a suspender o abastecimento na cidade de São José dos Campos ainda na noite de sexta-feira, atingindo 70% da população - cerca de 500 mil pessoas. Os demais domicílios receberam água de poços.

O aumento da turbidez provocou a paralisação das captações de água nos municípios

de São José dos Campos, Pindamonhangaba e Aparecida do Norte, todos no Vale do Paraíba, e consequente interrupção do abastecimento público de água.

O reparo pela mineradora responsável pelo incidente, Rolando Comércio de Areia Ltda, foi feito no dia seguinte, com a supervisão de técnicos da Cetesb. Para a aprovação desses serviços, que vai avaliar as condições em que foram feitos, o estudo será realizado pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

A Cetesb divulgou a análise de qualidade da água, após coleta e análise em um laboratório em Taubaté. Os níveis de ferro e alumínio estavam acima do normal, mas o índice não oferece risco nem aos

peixes, nem para o consumo humano. A multa aplicada à empresa Rolando Comércio de Areia Ltda foi estipulada em R\$ 5 milhões por lançar águas residuárias no rio Paraíba do Sul. A segunda mineradora, Meia Lua 1 Ltda, situada em Jacareí, São Paulo, recebeu a penalidade de Multa – Auto de Infração nº 57/00072/16, no valor de R\$ 1 milhão, por fazer funcionar a cava 1, de sua propriedade, sem as devidas licenças da Cetesb, e receber águas residuais oriundas das operações de drenagens das águas da cava de extração, do beneficiamento e da lagoa de sedimentação de areia da empresa Rolando Comércio de Areia Ltda. Além disso, a Cetesb informou no dia 11 de fevereiro que vai exigir o estudo de estabilidade da barragem

de mineração de areia que foi reconstruída em Jacareí.

Fonte: Jornal online Meon, G1- Portal de Notícias, Notícias Uol e CETESB

Fotos: Acervo CETESB



Talude reconstruído



Talude de barragem



Imagens do vazamento de resíduos de areia no rio Paraíba do Sul

6ª Reunião de Monitoria do PAN Paraíba do Sul será realizada em março de 2016

Grupo de Assessoramento Técnico discutirá andamento das ações do PAN PS

A 6ª Reunião de Monitoria do PAN Paraíba do Sul será realizada na primeira semana de março, nas dependências do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática

Continental (CEPTA /ICMBio), em Pirassununga, SP.

O evento contará com a presença dos membros do Grupo de Assessoramento Técnico do PAN, que discutirão

sobre o andamento das ações de conservação para a bacia do rio Paraíba do Sul.

Texto: Mariana B. Moraes

CEIVAP e SEA entregam planos de saneamento de 34 cidades do estado do Rio de Janeiro

Ao todo, foram investidos R\$ 9,4 milhões para o projeto de Planos Municipais de Saneamento Básico

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ) entregaram, no último dia 17 de fevereiro, Planos de Saneamento Básico para 34 cidades fluminenses. A cerimônia de entrega aconteceu no Palácio Guanabara, em Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro, onde estiveram presentes autoridades, representantes de órgãos públicos do meio ambiente do estado e ambientalistas.

A Associação Pró-

Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), como secretaria executiva do Comitê, em parceria com a SEA/RJ foram responsáveis pelo acompanhamento e elaboração dos Planos, que contemplaram municípios inseridos nas Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, Piabanha, Lagos São João e Médio Paraíba do Sul.

O investimento total do projeto foi de R\$ 9,4 milhões, dos quais R\$ 4 milhões providos pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental

(Fecam), R\$ 1,8 milhão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fundrhi) e R\$ 3,6 milhões do CEIVAP.

A implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico é uma obrigação exigida pela Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Os municípios que não tiveram seus Planos não poderão mais ter acesso a repasses de recursos federais.

Os municípios contemplados foram: Nova Iguaçu, Barra do Piraí, Comendador Levy

Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty dos Alferes, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Vassouras, São José do

Vale do Rio Preto, Sumidouro e Sapucaia, Cardoso Moreira, Italva, Itaperuna, Natividade, Varre-Sai, Aperibé, Cambuci e Laje do Muriaé, Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São

Pedro da Aldeia, Iguaba Grande, Araruama, Saquarema e Silva Jardim.

Fonte: CEIVAP

Surubim-do-Paraíba foi capturado em seu ambiente natural, no rio Muriaé, RJ

• • •

O espécime fará parte do Banco Ex-situ da ONG Projeto Piabanha, um "zoológico" de espécies de peixes ameaçados de extinção da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. O projeto Piabanha agradece imensamente a senhora Maria da Graça, a maior ecologista do município de Itaperuna/RJ, por ter feito os contatos com os pescadores locais e guardado o espécime em sua propriedade. Lembrando que o Projeto Piabanha possui a autorização legal para executar esse tipo de atividade.

Fonte: Projeto Piabanha



Foto: Danilo Caneppele

Grupo Assessor do PAN

Coordenadoras: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio e YEDA Bataus – RAN/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; e Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico
carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

3/2016

Ed. 32

Vol. 1

Primeira Reserva Natural dedicada a uma espécie aquática será criada no Brasil

Reserva Ninho da Tartaruga dará proteção ao cágado-do-paraíba, um dos quelônios mais ameaçados do mundo

A luta contra a extinção de espécies ameaçadas de nossa biodiversidade acaba de ganhar mais um aliado: a Reserva Ninho da Tartaruga. Localizada às margens do rio Carangola, em Minas Gerais, a área foi adquirida com o principal objetivo de promover a conservação do cágado-de-hogei, também conhecido como cágado-do-Paraíba - um dos 25 quelônios mais ameaçados em todo o planeta. Esta conquista é fruto do trabalho da Fundação Biodiversitas em parceria com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios - RAN/ICMBio que, desde 2008, vem estudando a população do cágado (*Mesoclemmys hogei*) no rio Carangola.

A comprovação de que essa população experimentava um declínio populacional crescente fez com que os

pesquisadores da Biodiversitas e do RAN buscassem estratégias de conservação da espécie.

A apresentação dos resultados da pesquisa em um encontro anual da Turtle Conservation Alliance (TSA) em agosto de 2015, chamou a atenção do grupo de conservacionistas ali reunidos que, sensibilizados, se mobilizou para proteger a espécie. A proposta de criação de uma reserva foi, então, viabilizada pela Rainforest Trust, Wildlife Conservation Society e Turtle Survival Alliance, que financiaram a compra de 100 hectares de terras no trecho do rio Carangola de maior ocorrência do cágado. "Trata-se da primeira reserva dedicada a uma espécie da fauna dulcícola em nosso país", informa a bióloga Gláucia Drummond, Superintendente Geral e Presidente da Fundação

Biodiversitas. Esta é uma estratégia que a Biodiversitas adota como um de seus pilares conservacionistas, que comemora sua quarta reserva.

"Áreas protegidas como as que a Fundação Biodiversitas possui e administra são importantes também para a pesquisa científica, além da proteção se estender pelos ecossistemas onde a reserva está inserida", explica a bióloga. Marcos Coutinho, biólogo, pesquisador do RAN, também comemora a iniciativa. Segundo ele, "a reserva abrange 6 km do rio Carangola, em uma área-chave para conservação do cágado. Este local, além de concentrar uma das últimas populações do cágado no rio Carangola, parece ser também um sítio de nidificação da espécie. A vantagem da criação da reserva está ainda na perspectiva do desenvolvimento de um

trabalho de longo prazo, condição básica para a recuperação de estoques de espécies em declínio populacional”, enfatiza o pesquisador.

Outras instituições parceiras como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB/UFGM) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) têm contribuído com as iniciativas de conservação do cágado, devendo ser ressaltada a atuação do Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental (CECO-Carangola) e a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Carangola). Desde 1992, essas duas instituições tem tido papel essencial no que tange às iniciativas de proteção ao cágado na bacia do rio Carangola, apoiando pesquisas e sendo protagonistas na criação do Comitê Integrado de Proteção ao Cágado. “O Comitê Pró-Cágado visa promover a conservação da espécie por meio da prevenção e do combate às causas que ameaçam a espécie”, explica o Presidente do Ceco e também diretor da UEMG-Carangola, Professor Braz Cosenza.

Neste sentido, o professor ressalta que a criação da reserva assume uma enorme relevância regional uma vez que irá contribuir para o melhor planejamento do uso do solo na bacia do rio Carangola. Gláucia Drummond, explica ainda que as experiências em implantação de áreas protegidas demonstram de forma evidente que o relacionamento com as comunidades do entorno dessas áreas deve ser priorizado. “Não se faz uma reserva sem o apoio da comunidade local” ressalta Gláucia, que já tem os pescadores da região como importantes aliados que entenderam sobre a importância da conservação da espécie e definiram áreas de exclusão de pesca no rio Carangola por serem locais de maior concentração dos cágados. “Nossa intenção é promover a conservação, desenvolver o conhecimento científico e auxiliar a população local a se adequar às novas realidades, por meio de programas de Educação Ambiental, incentivo ao reflorestamento de nascentes, matas ciliares e corpos d’água, difundindo técnicas e métodos que possam ampliar e gerar alternativas de renda e

melhoria da qualidade de vida da população da região” completa a Presidente da Biodiversitas. “A proteção e o manejo do seu habitat, associada ao estímulo à participação das comunidades locais nessa iniciativa traz uma esperança para a recuperação da espécie”, completa Marcos Coutinho, biólogo do RAN/ICMBio.

Políticas de Proteção ao cágado-do-Paraíba:

Mesoclemmys hoguei, popularmente conhecido como cágado-de-hogei ou cágado-da-paraíba figura na lista nacional de espécies da fauna ameaçadas de extinção – Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente, nº 444 de 14 de dezembro de 2014. Trata-se do único quelônio de água doce ameaçado no Brasil, com risco de extinção considerado extremamente crítico.

O cágado-do-paraíba está entre as espécies contempladas no Plano de Ação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da bacia do rio Paraíba do Sul – PAN PS, coordenado pelo CEPTA – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais e pelo RAN – Centro Nacional de Pesquisa e

Conservação de Répteis e Anfíbios, ambos os Centros vinculados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O rio Carangola é um dos sítios da AZE - Alliance for Zero Extinction ou Aliança para Extinção Zero. A

AZE é uma iniciativa global que tem como estratégia a proteção dos últimos refúgios de espécies ameaçadas de extinção.

Serviço: Reserva Ninho da Tartaruga - Dedicada à conservação do cágado-de-hogei/cágado-do-Paraíba (*Mesoclemmys*

hogei) - um dos 25 quelônios mais ameaçados do planeta.

Área da Reserva: 100 hectares

Localidade: município de Tombos, estado de Minas Gerais - MG.

**Texto: Thiago Bernardo
Fundação Biodiversitas**



Vista aérea da reserva Ninho da Tartaruga
Foto: Braz A. P. Cosenza



Filhote de *Mesoclemmys hogei*
Foto: Rogério L. Silva

VI Oficina de Monitoria do PAN Paraíba do Sul

Reunião com Grupo de Assessoramento Técnico discutiu o andamento das 59 ações do PAN

A VI Oficina de Monitoria do PAN Paraíba do Sul ocorreu nos dias 8 a 11 de março, nas dependências do CEPTA/ICMBio, em Pirassununga, SP. A reunião contou com a participação do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), Alexandre Wagner Silva Hilsdorf (UMC/SP), Danilo Caneppele (CESP Paraibuna), Erica P. Caramaschi (UFRJ), Guilherme Souza (Projeto Piabanha - RJ), Thiago Caetano da Silva

Berriel (Projeto Piabanha/RJ), Marcos Eduardo Coutinho (RAN/ICMBio), Michel Bastos Silva (INEA/RJ), Sandoval dos Santos Júnior (CEPTA/ICMBio), Fabrício Lopes de Carvalho (UFSB), Guilherme Casoni da Rocha (SMA/SP), e o vice-presidente do CEIVAP Sr. Rutnei Morato Erica, representando o presidente da AGEVAP André Marques, sob facilitação da coordenadora do PAN Carla Polaz (CEPTA/

ICMBio) e da coordenadora adjunta Yeda Bataus (RAN/ICMBio).

Foi avaliado o andamento de 59 ações do Plano, no período de março de 2015 a março de 2016. Ao final da monitoria, 11% das ações estavam concluídas (ações azuis), 44% estavam com andamento conforme planejado (ações verdes), 32% apresentavam algum problema (ações amarelas) e 10% não foram iniciadas ou

finalizadas dentro do prazo estabelecido (ações vermelhas), conforme linguagem semafórica apresentada no Painel de Gestão.

Como principais produtos, foram apresentados o diagnóstico do saneamento básico dos municípios localizados nas áreas relevantes do PAN, com a análise da criticidade ambiental e ranqueamento dos municípios prioritários para implementação de saneamento básico, localizados principalmente nas áreas relevantes 6 e 7; o Projeto Cágado-do-Paraíba, implementado com os recursos oriundos da Petrobrás Socioambiental, que visa o monitoramento biológico da população do cágado, identificação dos habitat preferenciais, mapeamento da estrutura genética e estudo da

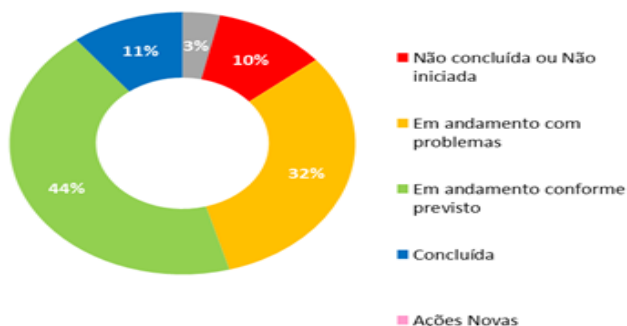
biologia reprodutiva, além de ações de recuperação de Áreas de Preservação Permanente, sensibilização e educação ambiental com a população de pescadores artesanais e alunos e professores de escolas de sete municípios da região do rio Carangola; e por fim, o Projeto Piabanha/CEIVAP, que realizou o mapeamento e monitoramento da ocorrência de populações remanescentes de peixes e crustáceos ameaçados de extinção, formação de

banco genético das populações de peixes, com a manutenção de indivíduos reprodutores, desenvolvimento de banco de dados georreferenciado com informações, imagens e mapas, e futuro livro a ser publicado com os resultados do Projeto.

O GAT também avaliou a redação das novas Portarias do PAN, que irão vigorar para o segundo ciclo do PAN.

Texto: Mariana B. de Moraes

Painel de Gestão da VI Monitoria do PAN PS



Participantes da "VI Oficina de Monitoria do PAN Paraíba do Sul"

Foto: Projeto Piabanha

AGEVAP lança dois editais para municípios do Médio Paraíba do Sul

Dezenove municípios fluminenses estão habilitados para adesão aos editais

O edital AGEVAP nº 02/2016 tem como objetivo selecionar, através de adesão por Manifestação de Interesse, municípios (Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Valença, Rio das Flores, Comendador Levy Gasparian, Rio Claro, Piraí, Barra do Piraí, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios e Mendes) inseridos na Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul para receberem o Projeto “Cílios do Paraíba”. Esse projeto tem como objetivo recompor parte da faixa marginal de proteção do rio Paraíba do Sul e/ou seus afluentes e criar um espaço de interpretação ambiental para promoção de lazer e de práticas de educação ambiental.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 18 de março a 18 de abril de 2016.



Foto: Adenir Britto

Para saber mais acesse: <http://www.cbhmedioparaiba.org.br/edital-02-2016.php>

O Edital AGEVAP nº 03/2016 tem como objetivo identificar as demandas dos municípios inseridos na Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul relacionadas à implantação/ampliação do sistema de coleta e tratamento de efluentes.

Os municípios interessados, após habilitados e hierarquizados, serão contemplados com a elaboração de estudo de concepção, projetos básico e executivo e estudo ambiental para o

sistema de esgotamento sanitário referente à(s) localidade(s) apresentada(s) como demanda, de acordo com a hierarquização e conforme a disponibilidade orçamentária do Comitê Médio Paraíba do Sul. Os municípios habilitados ao chamamento do edital são os mesmos elencados no Edital nº 02/2016.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 18 de março a 13 de maio de 2016.

Para saber mais acesse: <http://www.cbhmedioparaiba.org.br/edital-03-2016.php>

Fonte: AGEVAP

Câmara Técnica e GTAI do CEIVAP realizam primeira reunião conjunta de 2016

A coordenadora do PAN apresentou os principais produtos do “Projeto CEIVAP”

A Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP e o Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI) do CEIVAP realizaram sua 1ª Reunião Extraordinária conjunta do ano de 2016 no último dia 23 de março.

O encontro aconteceu na sede AGEVAP/CEIVAP, em Resende/RJ, com a presença de 30 participantes, entre membros e convidados.

A pauta da reunião foi composta pela aprovação de ata da última reunião, por apresentações do

ICMBIO e da AGEVAP, e pela definição da agenda de 2016.

Na ocasião, Carla Polaz, representante do ICMBIO, fez uma apresentação referente ao Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção – PAN Paraíba do Sul, projeto custeado pelo CEIVAP, com acompanhamento da AGEVAP, desenvolvido no âmbito do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática

Continental – CEPTA.

Em seguida, Juliana Fernandes, diretora de recursos hídricos da AGEVAP, apresentou a repactuação de contrato e nova proposta metodológica acerca da revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

A próxima reunião conjunta entre CTC e GTAI foi agendada para o dia 14 de junho, em Resende/RJ.

Fonte e Fotos: AGEVAP



Grupo Assessor do PAN

Coordenadoras: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio e YEDA Bataus – RAN/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; e Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia 15 de cada mês para o endereço eletrônico
carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

4/2016

Ed. 33

Vol. 1

ONG Rencitas lança I Relatório sobre Gestão e Uso Sustentável da Fauna Silvestre

Relatório apresenta propostas para fortalecimento de mecanismos de controle e manejo da fauna silvestre

O I Relatório Nacional Sobre Gestão e Uso Sustentável da Fauna Silvestre, lançado em abril de 2016 pela Organização Não-Governamental Sem Fins Lucrativos Rencitas, sediada em Brasília, DF, foi produzido com a finalidade de fazer uma análise a respeito das implicações sociais, econômicas, jurídicas e ambientais do setor faunístico no Brasil, bem como servir como marco legal para subsidiar a proposição de políticas públicas, objetivando a criação de um Código Nacional da Fauna Silvestre.

Atualmente, o país carece de uma discussão sobre os procedimentos no que se refere à gestão da vida silvestre, soma-se a isso a falta de incentivo governamental voltado para a pesquisa científica e a preservação da fauna e a biodiversidade. Em

geral, a política ambiental brasileira passou por profundas mudanças nos últimos anos, e atualmente, a sociedade tem demonstrado grande interesse e preocupação em relação ao futuro das espécies silvestres.

Acreditamos que as propostas contidas neste documento, que abordam desde os principais problemas que incidem sobre a fauna brasileira, cenário da gestão ambiental nacional e internacional e estudos de caso iniciativas de sucesso, irão fortalecer os mecanismos de controle e manejo da fauna silvestre, além de estimular o aprimoramento das técnicas de conservação e uso sustentável, contribuindo efetivamente com a proteção dos nossos recursos naturais.

O conteúdo completo do livro está disponível

para download no link <http://www.rencitas.org.br/wp-content/uploads/2014/10/livro-rencitas-final.pdf>

Fonte: ONG Rencitas



PAN Paraíba do Sul estimula a criação de RPPN nas áreas relevantes da bacia

Brasil possui 600 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) já decretadas e a tendência é de aumento

O PAN Paraíba do Sul quer incentivar a criação de RPPNs na bacia do rio Paraíba do Sul, principalmente nas áreas relevantes para a conservação da fauna aquática ameaçada de extinção.

RPPN é a única categoria de unidade de conservação que pode ser criada a partir da iniciativa do próprio dono da terra, segundo a Lei 9.985/2000, que regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A responsabilidade pela gestão é

dos proprietários, mas a supervisão é feita pelo ICMBio. Além disso, a RPPN garante a perpetuidade da área para fins de conservação da diversidade biológica.

O Brasil tem, a partir de agora, 600 reservas particulares do patrimônio natural (RPPN). O número foi alcançado com a criação da RPPN Oásis Araripe, no município de Crato, no Ceará.

O link http://sistemas.icmbio.gov.br/si_mrppn/publico dá acesso ao Sistema Informatizado

de Monitoria de RPPN do ICMBio, que disponibiliza os dados e shapefile das RPPN já criadas por estado.

Saiba como criar uma RPPN visitando o link <http://www.icmbio.gov.br/porta/images/stories/comunicacao/docroteirorppn.pdf>

A coordenação do PAN Paraíba do Sul se coloca à disposição para auxiliar os proprietários que se interessem por transformar suas terras em RPPNs.

Fonte: ICMBio modificado

Nota de Repúdio à PEC 65/2012 – Extinção do Licenciamento Ambiental

...

Os membros do PAN PS repudiam veemente a aprovação, pela CCJ do Senado, da PEC 65/2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que prevê que a partir da apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), nenhuma obra poderá ser suspensa ou cancelada. A PEC é um retrocesso ambiental e põe fim ao processo de licenciamento ambiental no país, que passa a ser regido por questões desenvolvimentistas.

Grupo Assessor do PAN

Coordenadoras: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio e Yeda Bataus – RAN/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; e Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico

carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

05/2016

Ed. 34

Vol. 1

Governo do Rio de Janeiro cria Refúgio de Vida Silvestre no Rio Paraíba do Sul

Área com mais de 11 mil hectares destinada para preservação dos remanescentes de Mata Atlântica

No dia 18 de maio de 2016, o vice-governador do Estado do Rio de Janeiro Francisco Dornelles e o secretário de Meio Ambiente, André Corrêa, assinaram o Decreto nº 45.659/ 2016, que cria o Refúgio de Vida Silvestre Estadual do Médio Paraíba, no trecho fluminense do Rio Paraíba do Sul. O decreto cita que o trecho contemplado na área da nova UC é área de ocorrência das espécies ameaçadas

Steindachneridion parahybae (surubim-do-

Paraíba) e *Mesoclemmys hoguei* (cágado-de-hogei). Também considera um dos objetivos do Plano de Ação Nacional para Conservação da Bacia do rio Paraíba do Sul (PAN Paraíba do Sul), sobre a necessidade de recuperação das áreas de preservação permanente da bacia, com ênfase nas áreas relevantes.

A nova Unidade de Conservação compreende o trecho da Represa do Funil, na divisa com estado de São Paulo, até Três Rios (RJ), abrangendo os

municípios de Resende, Itatiaia, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Barra do Piraí, Valença, Vassouras, Rio das Flores, Paraíba do Sul e Três Rios (RJ), totalizando área com mais de 11 mil hectares. A medida é importante para conservação das áreas de vegetação remanescente de Mata Atlântica da bacia do rio Paraíba do Sul e das espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção.

Fonte: Jornal O Globo modificado.



Foto: Jornal O Globo

Monitoramento mensal ANA

• • •

Em 26 de maio de 2016, o volume útil do Reservatório Equivalente da Bacia do Rio Paraíba do Sul era 1.948hm³, o que equivale a 44,86% do seu volume útil total. Na mesma data do ano passado o armazenamento era de 17,70% do volume útil.

IV Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas discute preservação do rio Paraíba do Sul

Os objetivos são a busca de alternativas e o fomento ao debate de soluções

Nos dias 17 a 19 de maio de 2016, ocorreu o IV Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Ecob/RJ), no município de Campos, RJ. Os objetivos do encontro foi buscar alternativas para a preservação do Rio Paraíba do Sul, como a recuperação de nascentes e fomentar o debate de soluções pertinentes ao uso dos recursos hídricos do estado entre gestores públicos, iniciativa privada, instituições de ensino, sociedade civil e demais interessados no tema.

O tema do encontro desse ano foi "Água e Clima: O olhar dos Comitês de Bacia sobre as mudanças climáticas". Segundo o secretário de Desenvolvimento Ambiental de Campos, Zacarias Albuquerque, o encontro faz parte de uma agenda articulada sobre os recursos hídricos do estado, em especial, o Rio

Paraíba do Sul. "A ideia é chamar a atenção da sociedade como um todo, que a crise hídrica não se esgotou. O município vê com bons olhos a criação de reservas em todo o trecho do Baixo Paraíba para acúmulo de água", disse o secretário.

De acordo com o presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), João Gomes de Siqueira, o Rio Paraíba vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, eventos críticos de seca, provocando a salinização da foz e avanço do mar em Atafona, no litoral de São João da Barra, RJ. "A ação humana muito tem potencializado os fenômenos naturais. Estaremos discutindo tudo isso durante o encontro e buscando alternativas para minimizar os efeitos, como construção de barragens, fazer mais

reservatórios, recuperação de nascente", revelou o presidente da CEIVAP. Também informou sobre o grupo de trabalho do CEIVAP que fará um levantamento do risco de rompimentos de barragens instaladas no Estado do Rio de Janeiro.

"É uma ação proativa para tentar prevenir um novo desastre. Este grupo percorrerá as 16 barragens de indústrias e empreendimentos em território fluminense. Faremos vistorias para saber se está havendo a manutenção correta das barragens e quais riscos podem provocar o rompimento de uma delas", explicou João, destacando que a primeira reunião do grupo de trabalho ocorrerá ainda este mês. Ele acredita que até o final deste ano, algumas propostas já estarão em curso.

Fonte: Jornal O Diário

Grupo Assessor do PAN

Coordenadora: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

06/2016

Ed. 35

Vol. 1

475 espécies de peixes e invertebrados aquáticos protegidas novamente

Suspensa há mais de um ano, Portaria MMA nº 445/2014 volta a entrar em vigor

A lista vermelha de espécies de peixes e invertebrados aquáticos está novamente em vigor. Após um ano suspensa, a Justiça Federal julgou improcedente o pedido de revogação da lista e 475 espécies de peixes e invertebrados aquáticos estão novamente protegidos.

Em junho do ano passado, em decisão preliminar, o Desembargador Jirair Aram Meguerian, do Tribunal Regional da Primeira Região, deu ganho de causa para o Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura e suspendeu a portaria dos peixes e invertebrados aquáticos. O magistrado entendeu que a portaria não deveria ter sido editada unilateralmente pelo Ministério do Meio Ambiente, sem a colaboração do Ministério da Pesca.

A Portaria MMA nº 445/2014 proíbe a

captura, o transporte, o manejo, armazenamento e comercialização de espécies de peixes ameaçados de extinção no país e gerou uma onda de protestos de setores da pesca, que pediram sua anulação. Os representantes dos pescadores industriais afirmam que a norma afeta diretamente a indústria da pesca e que causará desemprego no setor, já que a lista vermelha protege 31 espécies de peixes comerciais. Os pescadores se articularam e pressionaram o então extinto Ministério da Pesca, que criou um grupo de trabalho para ouvir os reclamantes. A partir daí, uma série de decretos foram sendo publicados adiando a entrada em vigor da norma. Mesmo assim, a briga chegou à Justiça e os pescadores ganharam a primeira etapa: a lista foi suspensa.

O Ministério do Meio

Ambiente conseguiu vencer a segunda: em decisão publicada no dia 22 de junho, a juíza federal Liviane Kelly Soares Vasconcelos, da 9ª Vara Federal do DF, julgou improcedente o pedido dos representantes dos pescadores e a lista vermelha voltou a valer.

De acordo com a magistrada, o direito a um ecossistema equilibrado ficaria prejudicado se necessitasse "de consenso entre grupos com interesses antagônicos para listar espécimes cuja exploração econômica não é ecologicamente viável", de modo que, uma vez constatada a impossibilidade de exploração de uma espécie, "é desnecessária a participação do Ministério da Pesca e Agricultura, uma vez que, nesta hipótese, reitero que não há que se falar em uso sustentável até que haja mudança no

grau de conservação destas espécies”, escreve.

A Lista

A lista vermelha de espécies de peixes e invertebrados aquáticos foi elaborada durante quatro anos, em reuniões coordenadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade juntamente com centenas de pesquisadores e especialistas de diversas Universidades e Instituições de Pesquisa que discutiram o status de conservação de mais de 5.000 espécies.

A elaboração da lista utilizou a metodologia para avaliação do estado

de conservação das espécies brasileiras desenvolvida pela UICN (União Internacional para Conservação da Natureza), amplamente utilizada em avaliações do estado de conservação de espécies em nível global e já adotada por diversos países.

As espécies foram avaliadas em relação ao seu tamanho e variação populacional, características do ciclo de vida, área de distribuição, qualidade e fragmentação do habitat, ameaças presentes e futuras, medidas de conservação existentes, entre outros aspectos. Com base nestas

informações, e de acordo com critérios técnicos padronizados e objetivos, o status de ameaça de cada espécie foi definido.

A revogação da suspensão é uma vitória para a conservação de centenas de espécies aquáticas que se encontram ameaçadas de extinção, além de respeitar o trabalho sério coordenado pelo ICMBio e diversas Instituições de Pesquisa, valorizando assim o conhecimento científico e a legislação brasileira ambiental.

Fonte: Oceana, MMA modificados.

CEIVAP realiza 1ª Reunião do GT de Segurança de Barragens

• • •

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) realizou no dia 1º de junho, na sede do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na cidade do Rio de Janeiro, a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Segurança de Barragens (GTSB) do ano de 2016. Na ocasião houve a posse dos membros e a eleição do Coordenador do GT, que será conduzido por um representante do INEA. Também foi feita a revisão da Deliberação CEIVAP nº 231, de 17 de novembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Grupo. A reunião contou ainda com uma apresentação do INEA sobre Segurança de Barragens no Estado do Rio de Janeiro no período de novembro de 2015 e março de 2016.

Fonte: Comunicação CEIVAP

Diagnóstico de saneamento ambiental do Paraíba do Sul é enviado ao CEIVAP

Resultados sobre a criticidade ambiental auxiliará demanda por financiamento

O relatório intitulado “Diagnóstico do saneamento básico dos municípios relevantes do PAN Paraíba do Sul: proposta de priorização de investimentos em conservação ambiental”, elaborado pelo analista ambiental do CEPTA Sandoval dos Santos Júnior, produto das ações do PAN Paraíba do Sul 11.1 “Solicitar junto ao Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP relatório com

informações referente à implementação dos sistemas de tratamento de esgoto doméstico nos municípios da bacia” e 11.2 “Mapear a situação do manejo dos resíduos sólidos nos municípios dentro dos limites das áreas estratégicas do PAN”, foi encaminhado à Diretoria Colegiada do CEIVAP.

Os resultados do relatório poderão auxiliar o direcionamento de recursos financeiros do

CEIVAP destinado às obras de saneamento básico aos municípios elencados como prioritários pelo diagnóstico de criticidade ambiental, localizados nas áreas relevantes da bacia do Paraíba do Sul.

Texto: Mariana Bissoli de Moraes

Grupo Assessor do PAN

Coordenadora: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico
carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

07/2016

Ed. 36

Vol. 1

APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul

Criação, Plano de Manejo e Atividades Desenvolvidas

A Área de Proteção Ambiental (APA) Mananciais do Rio Paraíba do Sul, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criada pelo Decreto Federal nº 87.561, de 1982, possui área total de 600.000 ha, abrangendo 80 municípios nos estados de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. A área da unidade de conservação é estratégica. A APA protege importantes mananciais que integram a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, cuja água abastece toda a região. A unidade tem sido uma barreira fundamental em uma região altamente antropizada (ocupada pelo homem) e que apresenta ainda remanescentes florestais de Mata Atlântica fundamentais para a conservação da biodiversidade.

É gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

(ICMBio), com sede no município de São José dos Campos, SP, sob coordenação da gestora Letícia Brandão, analista ambiental do ICMBio. A elaboração do Plano de Manejo, documento que define os vários usos da APA, foi iniciada em setembro de 2015. A primeira etapa do plano de manejo da unidade constará do trabalho de refinamento dos seus limites na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e mapeamento do uso do solo nos mananciais de abastecimento público que compõe a unidade de conservação. Ainda no ano de 2015, a APA Mananciais do rio Paraíba do Sul lançou um vídeo em comemoração aos 33 anos de existência da APA (<https://www.youtube.com/watch?v=wLF1BrMoIXg>).

A APA tem como objetivo a recuperação e proteção ambiental da área correspondente à

Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, onde serão adotadas medidas como macrozoneamento, indicando-se as zonas preferencialmente destinadas a indústrias, expansão urbana, agricultura e proteção ambiental; implantação, em caráter prioritário, de sistemas urbanos de abastecimento d'água e de tratamento de esgotos em todas as cidades localizadas na Bacia; controle da poluição industrial das unidades produtivas existentes ou que venham a implantar-se na área da Bacia; e utilização dos instrumentos legais disponíveis e dos incentivos financeiros governamentais para assegurar o controle da poluição hídrica e a preservação ambiental.

A APA apoia o Projeto Jacutinga, que soltou no dia 6 de julho nove jacutingas (*Aburria jacutinga*), espécie nativa da Mata Atlântica e ameaçada de extinção,

na parte paulista da região montanhosa da Serra da Mantiqueira. As aves são monitoradas por transmissores conectados a satélites, pela ida dos biólogos a campo e pela colaboração dos habitantes do local, incentivados à prática da observação de aves. O Projeto Jacutinga, coordenado pela Associação para Conservação das Aves do Brasil (Save Brasil), parceira do ICMBio nesta iniciativa, começou

depois de constatada a alarmante situação de risco ameaçando o animal.

Fonte: ICMBio e MMA



Foto: ICMBio

XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas

Reunião ocorreu entre os dias 3 a 8 de julho de 2016, em Salvador-BA

Dia 3 de julho teve início a 18ª edição do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVIII ENCOB), em Salvador (BA). O evento foi realizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, tendo como um de seus patrocinadores a Agência Nacional de

Águas (ANA) e o Governo Federal. O Encontro foi palco de vários debates relacionados com a melhoria da gestão dos Sistemas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, que vêm enfrentando crises de escassez de água em todo o território brasileiro.

O XVIII ENCOB tem o apoio da AGEVAP na organização do evento, para exposição das atividades e principais ações dos Comitês que exerce funções de Agência de Bacia: CEIVAP, Comitê Médio Paraíba do Sul, Comitê Piabonha, Comitê Rio Dois Rios, Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, Comitê Guandu, Comitê Preto e Paraibuna e COMPÉ.



Fonte: Comitê Médio Paraíba

“Abraço” ao Rio Paraíba do Sul reúne cerca de 100 pessoas

Ato visa conscientizar sobre a importância do rio Paraíba do Sul

No dia 2 de julho de 2016, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio rio Paraíba do Sul (CBH), juntamente com vários parceiros, promoveu em algumas cidades, ações de conscientização sobre a importância do Rio Paraíba do Sul, a maior bacia hidrográfica que abastece cerca de 60 municípios do estado. Em Volta Redonda, o ato simbólico ‘Abraço ao Rio Paraíba do Sul’ aconteceu, pela manhã, na Ponte Dom Waldyr Calheiros, que liga os bairros Aterrado e Niterói. Antes da ação, que contou com a participação de mais de 100 pessoas, foi realizada uma aula simbólica na Praça Padre Eugênio Verweijen, no bairro Niterói. Foram feitas coleta e análise da água do Paraíba. O evento foi promovido pela

Comissão Ambiental Sul-RJ, com apoio da Diocese de Volta Redonda e Barra do Piraí.

Ainda na praça, atrás da Igreja Santo Antonio, representantes de entidades e órgãos diversos, como Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), Diocese de Volta Redonda-Barra do Piraí, Comissão Ambiental, Movimento pela Ética na Política (MEP) discutiram sobre a importância das ações em prol do Rio Paraíba do Sul que continua sendo depósito de resíduos de esgotos, químicos entre outros. Foi lembrado ainda, que somente 13% da Bacia do rio, no Estado do Rio de Janeiro, o esgoto é tratado.

Na praça, os participantes montaram

um laboratório simbólico onde foram feitas análises rápidas com amostras de água coletadas pelos participantes no rio Paraíba do Sul. No ato foram detectados na água a presença de coliformes fecais, com resíduos metálicos, de esgoto e produtos orgânicos. Foi discutida a importância dessas ações ambientais para a conscientização das pessoas, principalmente de crianças e jovens.

“As atividades também serviram para alertar para a necessidade da preservação de floresta e nascentes. Ações de conscientização também ocorreram em Pinheiral e Barra Mansa e até domingo mais 19 municípios irão realizar atos em defesa do meio ambiente”, destacou a vice-presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul, Vera Lúcia Teixeira



Foto: Felipe Rodrigues

Fonte: Jornal ‘A Voz da Cidade’ modificado.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês)

ANA anuncia programa de incentivo para Comitês de Bacias Hidrográficas

O Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, anunciou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês). O anúncio foi feito durante a abertura oficial do XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob), que aconteceu na primeira semana de julho, em Salvador, BA, onde cerca de 1.200 membros de comitês de bacia de todo o País se reuniram para participar de cursos, mesas redondas, seminários e discussões plenárias.

O Brasil possui mais de 200 comitês de bacia. Por meio de um contrato assinado entre a ANA e a entidade estadual responsável pela gestão de recursos hídricos, o

Procomitês vai pactuar os conjuntos de indicadores e metas compatíveis com os diferentes estágios de implementação da gestão de recursos hídricos no âmbito dos diferentes Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais. O conselho estadual de recursos Hídricos será parte interveniente do contrato, como entidade responsável pela certificação das metas.

Os indicadores e metas do Programa estão agregados em quatro componentes: funcionamento dos CBHs; capacitação; comunicação; e implementação dos instrumentos de gestão. Ao Programa estão destinados R\$ 35 milhões para um período de cinco anos. A referência é o valor de R\$ 50 mil ao ano para cada comitê de

bacia estadual indicado pelo correspondente órgão gestor estadual de recursos hídricos, estabelecido o teto de R\$ 500 mil anuais para cada estado.

O Procomitês é inspirado no Progestão, programa de apoio aos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados, com transferências de 100 milhões de reais em cinco anos, totalmente vinculado a metas e cujo pagamento dos valores anuais de R\$ 750.000,00 a cada estado da União é condicionado ao cumprimento das metas voluntariamente acordadas. Todos os estados aderiram ao Progestão.

Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA)

Grupo Assessor do PAN

Coordenadora: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico

carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

08/2016

Ed. 37

Vol. 1

Projeto Piabanha povoa Setor de Reprodutores com surubins-do-paraíba

Tanques circulares foram comprados com recursos provenientes da AGEVAP

Na última semana de agosto, o Projeto Piabanha iniciou mais uma etapa em prol da conservação das espécies ameaçadas da fauna aquática da bacia do rio Paraíba do Sul.

Os novos tanques circulares, comprados com os recursos financeiros provenientes do Contrato nº

010/2012/AGEVAP sobre “Monitoramento biológico de espécies aquáticas ameaçadas de extinção na bacia do rio Paraíba do Sul: desenvolvimento de sistema piloto e implementação de plano de ação”, período 2012-2016, foram povoados com exemplares de *Steindachneridion*

parahybae, espécie conhecida como surubim-do-paraíba, categorizado como Em Perigo (EN) na Portaria nº 445/2014. Os tanques circulares fazem parte do Setor de Reprodutores, que constituem bancos *ex situ* para a espécie.

Fonte: Guilherme Souza, Projeto Piabanha



Fotos: Guilherme Souza

Escoteiros criam barco com garrafas pet e participam de aventura em rio Paraíba do Sul

Ação de conscientização reuniu adolescentes em missão de três dias

Jovens escoteiros entre 15 e 17 anos participaram de uma aventura no rio Paraíba do Sul. O objetivo desta missão foi navegar no rio de maneira sustentável - com barcos feitos de garrafas pet e bambu - e, durante o trajeto, coletar amostras da água do manancial para serem levadas para análise.

A missão começou na sexta-feira (dia 19 de agosto) quando os jovens acamparam no Pico do Itapeva, em Campos do Jordão, SP. No sábado (dia 20) eles desceram a serra e entraram no rio com as embarcações em direção a Aparecida, SP, onde passaram a segunda noite. Neste domingo (dia 21) eles chegam à Guaratinguetá,

SP, por volta das 13h para encerrar o percurso.

Ao todo foram 18 embarcações com seis integrantes por barco, o que corresponde a quase 200 participantes que vieram das cidades paulistas do Vale do Paraíba, Litoral Norte e também da capital.

Cada tripulante teve uma responsabilidade no trajeto como observar a vegetação às margens do rio; fazer a manutenção do barco; promover a comunicação por rádio com as demais embarcações e coletar análises da água. Como o meio ambiente é o foco da missão, cada embarcação carregou um kit para recolher amostras do rio que depois serão analisados

por uma bióloga.

‘Eles vão ter que levantar o que viram de errado no rio, todos carregam um kit de avaliação para medir o pH (percentual hidrogeniônico), amônia e oxigênio da água’, explicou a bióloga Paula Rosa do Prado. A ação faz parte de um trabalho de conscientização ambiental.

A Defesa Civil de Guarulhos, SP e os escoteiros mais experientes cuidaram da segurança das embarcações. Ao todo, foram três barcos de resgate acompanhando os adolescentes para evitar incidentes no rio.

Fonte: Jornal G1



Foto: Paula Rosa do Prado

Comitê Guandu abre edital para seleção de instituições de ensino e/ou pesquisa

O objetivo é firmar um Protocolo de Intenções para cooperação técnica, científica, cultural e financeira

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP torna público aos interessados o Edital de Chamamento para selecionar universidades e outras instituições de ensino e/ou pesquisa para firmar Protocolo de Intenções para cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre os partícipes, visando o desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação

técnica do Plano de Aplicação Plurianual e o estabelecimento de mecanismos para sua realização.

As inscrições vão até dia 3 de setembro. Para maiores informações, acessar o link <http://agevap.org.br/agevap/conteudo/edital-08-2016.pdf>

Fonte: AGEVAP

Monitoramento mensal

• • •

Em 22 de agosto de 2016, o volume útil do Reservatório Equivalente da Bacia do Rio Paraíba do Sul era 2.201hm³, o que equivale a 50,7% do seu volume útil total. Na mesma data do ano passado o armazenamento era de 7,95% do volume útil.

Dados: Agência Nacional das Águas - ANA

Rio Paraíba do Sul é candidato a maravilha da região em enquete

Paraíba do Sul concorre na campanha de belezas naturais da região

O Rio Paraíba do Sul, formado pelo encontro entre os rios Paraíba e Paraitinga, é um dos quinze candidatos à beleza do Vale do Paraíba na campanha que vai eleger as Sete Maravilhas da Região, por votação popular, já encerrada no site do Jornal G1.

O rio nasce a 1,8 mil metros de altitude, com um curso d'água com mais de 1,15 mil quilômetros e uma área de 62 km², a bacia hidrográfica do Paraíba abrange 39 municípios do estado de São Paulo – a maioria na região.

Fonte: Jornal G1

Grupo Assessor do PAN

Coordenadora: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico
carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

09/2016

Ed. 38

Vol. 1

Rio Paraíba do Sul é candidato a maravilha da região em enquete

Rio tem curso d'água com mais de 1,1 mil quilômetros de extensão. Água do rio é usada para abastecimento na região.

O Rio Paraíba do Sul, formado pelo encontro entre os rios Paraibuna e Paraitinga, é um dos quinze candidatos à beleza do Vale do Paraíba na campanha que vai eleger as Sete Maravilhas da Região.

O rio nasce a 1,8 mil metros de altitude, com um curso d'água com mais de 1,15 mil quilômetros e uma área de 62 km², a bacia

hidrográfica do Paraíba abrange 39 municípios do estado de São Paulo – a maioria na região.

Pescadores encontraram no século 18 a imagem de Nossa Senhora Aparecida no rio, próximo a área onde fica hoje a cidade e a basílica. Neste ano, o Santuário Nacional inaugurou um museu de cera que retrata, entre várias cenas marcantes,

o encontro da imagem.

O Rio Paraíba do Sul também é utilizado na região para o abastecimento da população. Apenas em São José dos Campos são retirados em média 1,5 mil litros de água por segundo para atender a população.

Fonte: Jornal G1



Foto: Carla Polaz

Técnicos do Inea trabalham para evitar contaminação do Rio Paraíba do Sul

Carga tóxica vazou após acidente entre caminhões na Dutra, em Itatiaia. Um deles carregava 30 mil litros de uma mistura de óleos residuais.

Técnicos do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) continuam durante a tarde desta quarta-feira (28) o trabalho de contenção do avanço do óleo que caiu no Córrego Água Branca, durante a madrugada, após um acidente. O material — 30 mil litros de uma mistura de óleos residuais que seriam tratados — estava sendo transportado por um caminhão, que se envolveu em uma batida na Via Dutra, em Itatiaia (RJ). A estimativa é de que metade da carga tenha vazado. O córrego, que fica a mais ou menos um quilômetro do bueiro por onde o óleo entrou, é um afluente do Rio Paraíba do Sul. “Os trabalhos podem se estender para amanhã. O Serviço de Controle de Poluição Ambiental do Inea já está fazendo uma

lacuna do rio para desviar o fluxo da água contaminada para essa bacia. Isso vai impedir que a contaminação chegue ao Rio Paraíba do Sul.

Após toda a água que está contaminada ser direcionada para essa bacia, uma empresa responsável para fazer o licenciamento do óleo vai dar um direcionamento para a água. Enquanto isso o Córrego Água Branca segue bloqueado para os trabalhos”, explicou Miguel Arcanjo, Superintendente Regional do Inea, por telefone para o G1.

Segurança: cidades interromperam abastecimento

Após o vazamento, por precaução, duas cidades do Sul do Rio interromperam o abastecimento de água. A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) informou que a medida emergencial foi tomada em Pinheiral e em Vargem Alegre, distrito de Barra do Piraí, depois que peixes foram encontrados mortos no Rio Paraíba. A Cedae disse ainda que o abastecimento foi normalizado em pouco menos de uma hora.

Fonte: Jornal G1

Técnicos do Inea estiveram no local do acidente.

**Foto: Fabrício Werneck
Tv Rio Sul**



CEIVAP fala sobre sua atuação durante a crise hídrica na bacia do Paraíba do Sul

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), representado por sua secretária executiva, Maria Aparecida Vargas, participou como palestrante do "Seminário Compartilhando Águas: A Experiência do Paraíba do Sul", realizado no último dia 8 de setembro, no Auditório do Armazém 2 da Casa Brasil, no Centro do Rio de Janeiro. O evento aconteceu com o intuito de apresentar os impactos ambientais, sociais e econômicos nos dias de hoje, decorrentes da crise hídrica na Bacia do rio Paraíba do Sul entre o período de 2014 e 2015.

O evento contou com a mediação do Procurador - Assistente da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Carlos da Costa e Silva Filho; com a participação do Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Ricardo Soavisk, que representou o ministro Sarney Filho; do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente

Andreu; da Subsecretária de Articulação Institucional da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA), Eliane Barbosa, que falou sobre a postura e ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro diante da crise; da Secretária do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Maria Aparecida Vargas; do Gerente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Jorge Peron, que tratou dos impactos econômicos decorrentes da Crise Hídrica no Paraíba do Sul; e do Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), Jorge Luiz Briard, que levantou os impactos sociais decorrentes da crise.

Na ocasião, a secretária do CEIVAP mencionou que o Comitê vem conseguindo atuar de forma relevante no sistema de gestão, no que diz respeito aos usos e demandas e no próprio gerenciamento da crise em questão. No

contexto da crise hídrica na Bacia, com a pior seca já registrada, destacou a atuação do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul, para atuação conjunta com o Comitê da Bacia do Rio Guandu (GTAOH), a forte contribuição técnica da Agência de Bacia do CEIVAP, a AGEVAP, e a influência positiva da Agência Nacional de Águas (ANA) no acordo entre o Supremo Tribunal Federal com os governos dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

O Presidente da ANA ressaltou a qualidade técnica das discussões no âmbito dos Comitês e Agência envolvidos no gerenciamento da crise hídrica na Bacia do Paraíba do Sul, e as experiências trocadas e adquiridas com o processo. "Tivemos um aprendizado rico no processo. As regras operativas mudaram, e vamos gerar segurança hídrica para essa Bacia. O aprendizado é que é possível fazer um processo de gestão negociável."

Fonte: AGEVAP

Bacia do rio Paraíba do Sul

• • •

Em 27/09/2016, o volume útil do Reservatório Equivalente da Bacia do Rio Paraíba do Sul era 2.073hm³, o que equivale a 47,73% do seu volume útil total.

Na mesma data do ano passado o armazenamento era de 7,29% do volume útil.

A vazão afluyente ao reservatório de Paraibuna foi de 33m³/s e a vazão liberada, de 18m³/s. No mês de setembro, a vazão afluyente média ao reservatório de Paraibuna é de 23m³/s e a vazão liberada média, de 18m³/s.

A vazão afluyente ao reservatório de Jaguari foi de 5m³/s e a vazão liberada, de 16m³/s. No mês de setembro, a vazão afluyente média ao reservatório de Jaguari é de 10m³/s e a vazão liberada média, de 18m³/s.

A vazão afluyente ao reservatório de Santa Branca foi de 23m³/s e a vazão liberada, de 32m³/s. No mês de setembro, a vazão afluyente média ao reservatório de Santa Branca é de 23m³/s e a vazão liberada média, de 28m³/s.

A vazão afluyente ao reservatório de Funil foi de 68m³/s e a vazão liberada, de 103m³/s. No mês de setembro, a vazão afluyente média ao reservatório de Funil é de 69m³/s e a vazão liberada média, de 108m³/s.

A vazão afluyente a Santa Cecília foi de 104m³/s e a liberada para o rio Paraíba do Sul foi de 36m³/s. No mês de setembro, a vazão afluyente média a Santa Cecília é de 117m³/s e vazão liberada média, de 36m³/s.

A vazão defluyente do reservatório de Pereira Passos para o rio Guandu foi de 97m³/s e vazão liberada média do mês de setembro é de 92m³/s.

Dados: Agência Nacional das Águas - ANA

Grupo Assessor do PAN

Coordenadora: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico

carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

10/2016

Ed. 39

Vol. 1

Temporada de reprodução induzida de piabanha (*Brycon insignis*)

Na primeira semana de outubro de 2016 teve início a temporada de reprodução induzida da piabanha (*Brycon insignis*). Pela primeira vez foram utilizados reprodutores, marcados eletronicamente, oriundos do plantel que compõe o banco *ex-situ*

do Projeto Piabanha Centro Socioambiental (Figura 1).

Com o objetivo de minimizar a endogamia (cruzamento entre parentes), foram utilizadas fêmeas oriundas do rio Itabapoana e machos oriundos do rio Imbé

(Figura 2).

O resultado foi excelente! Obtivemos 80% de fecundação, e por sua vez milhares de larvas (Figuras 3 e 4). A piabanha é espécie-alvo do PAN Paraíba do Sul.

Texto e figuras: Guilherme Souza (Projeto Piabanha)



Figura 1: Captura de reprodutores em um dos tanques circulares que mantêm os reprodutores de piabanha.

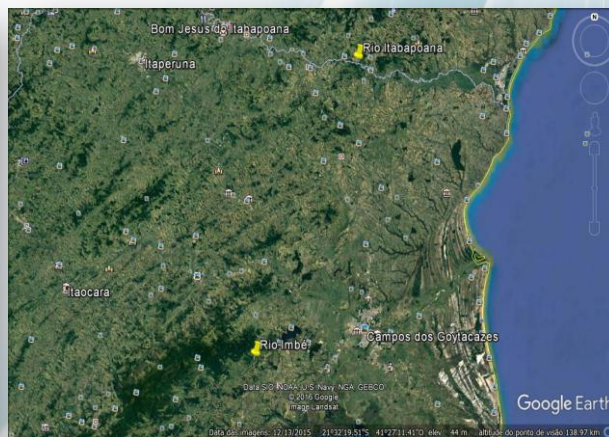


Figura 2: Localização dos pontos de origens das piabanhas utilizadas na primeira reprodução, na temporada de 2016: rio Imbé, Campos dos Goitacazes - RJ, e rio Itabapoana, Apicá - ES.



Figuras 3 e 4: Larvas de piabanha (*Brycon insignis*), fase de pós-flexão, com aproximadamente 68 horas de vida.

Solicitação de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) atendida

O PAN Paraíba do Sul contempla 12 espécies ameaçadas de extinção da fauna aquática, sendo 11 peixes e um quelônio, além de abrigar mais dois peixes, três crustáceos e três moluscos como espécies beneficiadas. Existem 12 grandes linhas de trabalho que vão desde o planejamento energético dos recursos hídricos da bacia até arranjos de articulação interinstitucional, ordenamento pesqueiro, educação ambiental e pesquisa.

Dentre essas, a recuperação de Áreas de Preservação Permanentes (APP) em áreas relevantes do PAN.

Nesse sentido, visando atender ações específicas do PAN sobre o tema, foi solicitado dados referentes às áreas de APPs e Reservas Legais das inscrições efetuadas pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), junto a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA, na porção paulista da bacia.

Tendo em vista a importância da compilação de dados sobre as áreas de APPs e Reservas Legais, para a priorização de recursos financeiros às áreas críticas da bacia, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo disponibilizou os dados solicitados, destacando que os dados pessoais e patrimoniais têm sua divulgação vedada conforme Instrução Normativa MMA 03/2014.

Texto: Josi Ponzetto

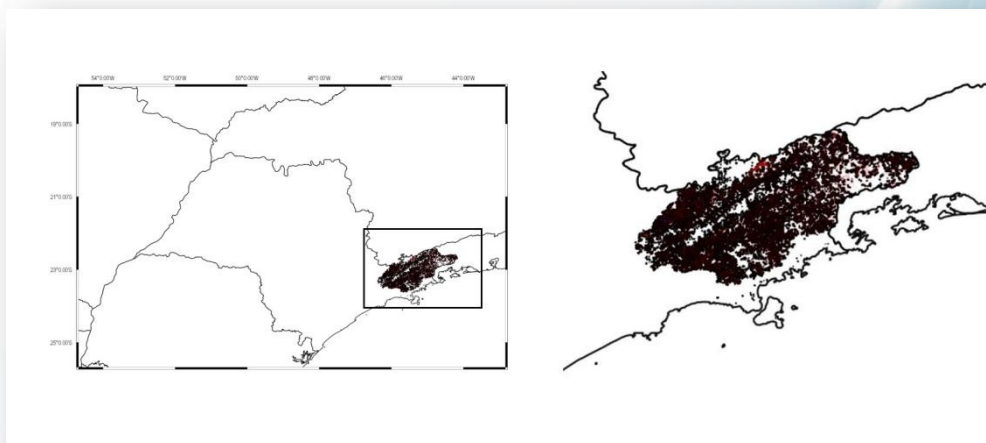


Figura 1: Destaque das áreas de APPs e Reservas Legais das inscrições efetuadas pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR).
Fonte: SMA (2016)

Grupo Assessor do PAN

Coordenadora: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico
carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul



Grupo Assessor

11 e 12/2016

Ed. 40

Vol. 1



Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica

Qual é a atual cobertura florestal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul?

A Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com a Arcplan, avaliou a atual situação da cobertura florestal natural na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e a presença de vegetação nativa nas margens dos rios que a compõe.

O estudo identificou também a extensão de rios que têm suas águas protegidas pelos remanescentes florestais e ainda uma estimativa de rios onde a presença de mata em suas bordas é pequena ou inexistente.

Foram analisados os 56.445 km² que compõem a área de drenagem da Bacia. Ao todo, foram avaliados 179 municípios. Do total de área drenada da Bacia, apenas 26,4% (14.914 km²) contém cobertura natural. Outros 0,4% (239 km²) corresponde a áreas inundadas dos

reservatórios e 1,5% (851 km²) à ocupação urbana consolidada (centros urbanos). A área drenada por Estado corresponde a 13.894 Km² para São Paulo, 21.839 Km² para o Rio de Janeiro, e 20.712 Km² para Minas Gerais. E o percentual preservado de cobertura natural por Estado em km² mostra que São Paulo é o mais preservado com 29,3%, seguido por Rio de Janeiro com 26,9% e Minas Gerais com 23,9%.



Bacia do Rio Paraíba do Sul

O levantamento teve como base as imagens de satélite do último Atlas

dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica no período de 2012-2013. O Atlas é uma iniciativa da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com patrocínio de Bradesco Cartões e execução técnica da Arcplan.

A extensão de rios mapeados é de 42.680 km - foi utilizada a hidrografia 1:250.000 do IBGE como referência. Desses, apenas 17,8% (7.599 km) encontram-se em áreas com vegetação nativa com área superior a 1 hectare em seu entorno. Outros 82,2% (35.081 km) estão em áreas alteradas (pastagens, agricultura ou silvicultura).

Fonte: S.O.S Mata Atlântica

Mancha escura surge no Rio Paraíba do Sul, em Volta Redonda, RJ



Problema foi percebido por moradores do Volta Grande 3.

Uma mancha escura no Rio Paraíba do Sul foi vista em Volta Redonda, RJ, no dia 09/11. Ela foi percebida por moradores do Volta Grande 3 por volta das 17h30, logo após a chuva forte que atingiu o município.

A Secretaria de Meio Ambiente informou que não recebeu qualquer notificação e por isso não havia informações sobre

que tipo pode estar formando a mancha. Uma equipe do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), foi enviada ao local. De acordo com uma analista ambiental, não se trata de óleo diesel, mas é possível que seja uma língua negra de esgoto, já que no período de chuva é comum que enxurradas levem os dejetos da cidade para os rios. O

Inea vai tentar identificar em que parte do rio a mancha começou a ser vista, para tentar entender as causas do problema.

Fotos que mostram o problema foi enviada através do WhatsApp da TV Rio Sul por Cláudio Henrique de Souza.

Fonte: G1



Foto enviada através do WhatsApp da TV Rio Sul.

Grupo Assessor do PAN

Coordenadora: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico
carla.polaz@icmbio.gov.br

INFORMA PAN

Paraíba do Sul

Grupo Assessor

Edição
Especial

Dez/16

CEPTA e Projeto Piabanha realizam expedição ao rio São João e levantam uma preocupação

Objetivo foi localizar a piabanha, espécie ameaçada de extinção

A bacia do rio São João é ampla e integra oito municípios fluminenses: Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu encontram-se parcialmente inseridos, enquanto o município de Silva Jardim é

abrangido integralmente (<http://www.lagossaojoao.org.br/nc-bacias.htm>).

O rio São João nasce a 800 metros de altitude, na Serra do Sambé, em Cachoeiras do Macacu. Ao longo de seus 120 km lineares tem seu trecho retificado em 47,5 km (Figura 1A), pratica-

mente isento de mata ciliar, intercalado por um segmento de oito quilômetros muito sinuoso, composto por inúmeros meandros, cujas margens estão recobertas por uma exuberante Mata Atlântica de Baixada (Figura 1B).



Figura 1

A – trecho retificado do rio São João.

B – trecho sinuoso do rio São João.

Neste segmento, o rio São João atua como limítrofe de duas Unidades de Conservação (UC) federais: a Reserva Biológica de Poço das Antas, com 5.052,48 hectares, e a Área de Proteção Ambiental do Rio São João / Mico - leão - dourado, com 150.373,03 hectares. No final desse segmento, o São João é barrado pela represa de Juturnaíba, responsável pelo abastecimento dos municípios da Região dos Lagos. A jusante da represa, o rio torna a ser retificado até as proximidades de sua foz.

Ainda em relação ao segmento sinuoso e disposto entre duas UCs, a sua aparente integridade ambiental abriga uma rica biodiversidade, mantendo populações de espécies ameaçadas de extinção como o mico-

leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) e o peixe piabanha (*Brycon insignis*) (Figura 2A).

De acordo com informações dos integrantes das duas unidades de conservação, sabe-se que existe uma grande diversidade de animais terrestres. No entanto, o mesmo não pode ser dito em relação à ictiofauna: os peixes que residem ou transitam pelo território dessas UCs são desconhecidos. Embora pareça haver diversidade de espécies aquáticas, suspeita-se que existam restrições à abundância de determinadas espécies, como a piabanha *Brycon insignis*, cujos motivos serão discutidos a seguir.

Em termos de conservação, o rio São João possui uma particulari-

dade importante: mantém uma população de piabanha com o mais alto vigor genético (heterozigose), quando comparado com as populações de outros rios, como o Itabapoana, o Paraíba do Sul, o Muriaé e o Imbé (Matsumoto & Hilsdorf, 2009).

Em função da maior variabilidade genética detectada nas piabanhas do rio São João, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental (CEPTA/ICMBio), em parceria com o Projeto Piabanha, coordenou uma expedição de campo com o intuito de atender uma das metas do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul - PAN Paraíba do Sul.



Figura 2:
A - exemplar de piabanha (*Brycon insignis*).

B - vista interna do banco ex-situ situado no Projeto Piabanha Centro Socioambiental, em Itaocara/RJ.

O objetivo foi capturar indivíduos de piabanhas, a fim de enriquecer geneticamente o banco ex-situ de espécies ameaçadas de extinção da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e adjacentes, mantido pelo Projeto Piabanha

Centro Socioambiental (Figura 2B), em parceria com o CEPTA, Universidade Mogi das Cruzes, Companhia Energética de São Paulo (CESP) e a organização não governamental Ecoanzol. A expedição contou com uma equipe de seis integrantes

(Figura 3), que foram muito bem recebidos pelo analista ambiental da Rebio Poço das Antas, Sr. Rafael, que prontamente conduziu a equipe ao aconchegante alojamento, cuja utilização havia sido agendada e autorizada antecipadamente.



Figura 3: Equipe de analistas e técnicos que realizaram a expedição ao rio São João.

A expedição teve a duração de quatro dias. Para a captura das piabanhas foram utilizados os seguintes equipamentos: barco de alumínio com motor elétrico à gasolina, varas leves de fibra de carbono, carretilhas, molinetes e iscas artificiais (Figura 4A).

Uma vez capturadas, as piabanhas eram

acondicionadas em um isopor de 60 litros com tampa, mantido dentro do barco. Em seguida, os peixes eram devidamente repassados para a equipe de apoio que, utilizando sacos plásticos com água como recipientes, os transportavam até a Estação de Piscicultura da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu. Ali os peixes eram

mantidos em um tanque-rede, armado dentro de um viveiro de terra.

Terminada a etapa de captura, os exemplares eram retirados do tanque-rede e embalados, individualmente, em ascos plásticos apropriados, contendo água e oxigênio (Figura 4B), a fim de serem transportados para o Projeto

Piabanha Centro Socioambiental, em Itaocara/RJ. A captura dos peixes foi devida-

mente registrada em autorização específica submetida ao Sisbio – Sistema Nacional de

Biodiversidade, e permaneceu em posse da equipe ao longo de todo o trabalho de campo.

Figura 4:

A – técnica empregada para pesca direcionada à piabanha.

B – acondicionamento individual da piabanha em saco plástico contendo água e oxigênio.



Conforme observado em campo, aparentemente as condições para a pesca da piabanha no rio São João eram ideais. No primeiro dia da expedição já ocorria o pulso de inundação, ou seja, o transbordamento do rio em direção às áreas de pastagens e florestas. Nos dias subsequentes, o pulso de inundação arrefecia e, progressivamente, as áreas alagadas passaram a ser drenadas. Tanto a temperatura como a transparência da água e a luminosidade (dias nublados) estavam favoráveis à prática da modalidade de pesca-esportiva, cujo conceito é pescar e soltar. Aqui se

adicionou o caráter científico nessa modalidade.

No trecho sinuoso em questão, e que corta as duas unidades de conservação, teoricamente havia condições ideais para manter um grande número de piabanhas. Tais condições foram observadas nas muitas árvores, galhos e troncos caídos dentro do rio (abrigo), abundância de pequenos peixes e alimentos alóctones (flores, frutos, sementes e, provavelmente, insetos), e fluxo de água corrente intercalado por remansos (Figura 5 A).

O mesmo não foi observado no trecho retificado a montante que, por sua vez, mantinha um alto fluxo de água, sobretudo devido à exígua profundidade provocada pelo assoreamento oriundo da retificação, e de margens desprovidas de mata ciliar minimamente significativa. Embora o trecho retificado não oferecesse as condições necessárias ao desenvolvimento de espécies aquáticas nativas, durante a expedição foram observadas no entorno grandes áreas marginais inundadas (Figura 5B), conectadas à calha

através de canais de drenagens com elevada vazão. Tais características fornecem indícios de que o entorno do trecho a montante parece oferecer a mesma função ecológica de áreas de reprodução e berçário, conforme as observadas na bacia do rio Imbé, indispensáveis para o processo de recrutamento de uma população de piabanha. Considerando o processo reprodutivo da piabanha, composto por curtas migrações (observação pessoal) e desovas em áreas inundadas, a região imediatamente a montante do trecho meândrico, portanto, parece fazer parte do home-range dessa espécie. Apesar das condições ideais encontradas no

segmento situado entre duas unidades de conservação, e do grande esforço de captura (cerca de 8.000 arremessos), surpreendentemente 15 ataques às iscas foram observados, dos quais apenas três indivíduos foram capturados.

Diante dos resultados dos esforços de captura obtidos nas duas campanhas realizadas (houve uma anterior a aqui exposta, no período da seca de 2013), ambas com resultados pífios; da descaracterização a montante e a jusante do segmento em questão; e de acordo com relatos dos gestores das unidades de conservação e de pescadores locais e esportivos, pode-se inferir que a

população de piabanhas do rio São João esteja em declínio.

Como fatores negativos verificados, relativos ao parco desenvolvimento da população de piabanhas do rio, além da descaracterização a montante e a jusante do segmento aqui aludido, provocada pela retificação e o barramento de seu curso, há outros elementos que contribuem para este cenário. A introdução de espécies invasoras como o tucunaré (*Cichla* sp.) , desmatamentos e assoreamentos extensos, além de uma pesca desordenada bastante agressiva, exercem forte pressão antrópica na região amostrada.



Figura 5:

A - regiões de refúgio para as piabanhas.

B - lagoa marginal localizada paralelamente ao rio São João.

Tendo em vista a diversidade genética encontrada na população de piabanhas do rio São João, fator extremamente relevante para a sua manutenção in-situ, e um elemento fundamental para programas de conservação ex-situ, estudos e pesquisas na região que abrange sua bacia são tão necessários quanto urgentes. A determinação e proteção das áreas de reprodução e berçário da piabanha, assim como o inventário da ictiofauna (outras espécies podem estar igualmente combatidas), tendo como objeto a determinação da fauna acompanhante durante o processo de reprodução da piabanha, uma vez que suas larvas são ictiófagas, são uma das importantes linhas de pesquisa que visam contribuir para a conservação dessa

população ameaçada e das demais.

Entrementes, elencam-se aqui outras sugestões para proteção da piabanha e das áreas das UCs amostradas: 1) tolerância zero (fiscalização) em relação à pesca da piabanha, já proibida por lei, por tratar-se de espécie ameaçada de extinção no país; 2) instalar placas sinalizadoras alertando sobre a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a fim de esclarecer a população local da existência de piabanhas; 3) implantar medidas de restauração do entorno, margens e do canal principal do rio São João.

Em conversa com a coordenadora do PAN Paraíba do Sul, foi pactuado que essa área do rio São João passará

a ser considerada uma das áreas relevantes para implementação das ações do PAN, em virtude da redução observada e preocupante de piabanhas, oriundas de uma população até então considerada saudável e estável.

Texto: Dr. Guilherme Souza, diretor-técnico do Projeto Piabanha e membro do Grupo Assessor do PAN Paraíba do Sul.

Referência consultada

Matsumoto, C. K. & Hilsdorf, A. W. S. Microsatellite variation and population genetic structure of a neotropical endangered Bryconinae species *Brycon insignis* Steindachner, 1877: implications for its conservation and sustainable management. *Neotropical Ichthyology*, 7(3):395-402, 2009.

Grupo Assessor do PAN

Coordenadora: Carla Polaz – CEPTA/ICMBio

Membros: Alexandre Wagner da Silva Hilsdorf – UMC/SP; André Luís de Paula Marques – AGEVAP/RJ; Danilo Caneppele – CESP/SP; Érica Pellegrini Caramaschi UFRJ/RJ; Fabrício Lopes de Carvalho – UFSB/BA; Guilherme Casoni da Rocha SMA/SP; Guilherme Souza – Projeto Piabanha/RJ; Marcos Eduardo Coutinho – RAN/ICMBio; Michel Bastos Silva – INEA/RJ; Osvaldo Takeshi Oyakawa – MZUSP/SP; Sandoval dos Santos Júnior – CEPTA/ICMBio; Thiago Caetano da Silva Berriel – Projeto Piabanha/RJ.

Quer contribuir com informes para o nosso boletim?

Envie sua notícia até o dia **15** de cada mês para o endereço eletrônico
carla.polaz@icmbio.gov.br